

O BC muda o perfil da dívida pública interna

por Reginaldo Heller
do Rio

O Banco Central está firmemente decidido a realizar vários leilões de títulos públicos até o final do ano. Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com cláusula de correção cambial e Letras do Tesouro Nacional (LTN) serão leiloadas para resgatar integralmente a dívida pública que estará vencendo mensalmente e que, em valores nominais de hoje, supera os Cr\$ 4,5 trilhões. A informação, extraída de fontes com acesso aos vários escalões de decisão do Banco Central, esclarece que a determinação oficial tem por objetivo viabilizar o giro da dívida pública e interna, evitando eventuais pressões expansionistas de financiamentos diários de posições.

Ontem, no mercado financeiro, eram intensos os rumores dando como certo um próximo leilão de ORTN monetárias, no total de 40 milhões de títulos — igual, portanto, ao realiza-

do nesta semana — com vencimento em janeiro de 1985. A estratégia das autoridades é colocar os 400 milhões de títulos públicos sem elevar a rentabilidade das ORTN ou abrir as taxas de desconto das LTN.

Para isso, estão trabalhando com uma média de correção monetária mais 14 e até 15% ao ano, o que equivale a uma taxa competitiva com a rentabilidade das cadernetas de poupança. E, segundo aquelas mesmas fontes, se a tendência de mercado for de alta, os novos "investidores institucionais acabarão formando uma demanda cativa". São os fundos de renda fixa, as sociedades de crédito imobiliário ou até mesmo o Banco do Brasil.

Esse raciocínio oficioso, contudo, vem sendo contestado pelo presidente da Andima, Carlos Brandão. Ontem, em contato com as autoridades do Banco Central, ele manifestou sua preocupação com o virtual esgotamento do mercado aberto, como instrumento

de política monetária, e o fracasso da experiência de dívida pública interna no Brasil, cujo saldo, hoje, de 70% do total, está em mãos do governo. "Espero que não acabem com o open, uma experiência de quinze anos que já ajudou muito o governo", disse Brandão. "A menos, é evidente, que o risco volte ao mercado e seja eliminada a certeza do prejuízo, hoje assegurada pelo tabelamento do custo de financiamento."

Ontem, o presidente da Andima esteve reunido com toda a diretoria, quando foram abordadas as questões levantadas com as recentes decisões do Conselho Monetário Nacional, restrições à Circular nº 859, ao vazamento de informações, à prática de realizar leilões e não aceitar ofertas (caso do leilão de LTN, da última segunda-feira), o temor com as consequências da captação pelo Banco do Brasil através de CDB e a vinculação de redesconto dos bancos comerciais com a taxa de "overnight", distorcendo as duas coisas.

Finalmente, informou que a Andima está recolhendo dados para apresentar uma sugestão ao secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, para que a antecipação do Imposto de Renda relativo ao ano-base de 1984 seja feita de acordo com os resultados efetivos do semestre. Há uma idéia na Receita Federal de se substituir o Decreto-lei nº 2.031 por outro que fixa a média de lucros entre o segundo semestre do ano passado e o primeiro deste ano, corrigidos. Essa alternativa não foi aceita pelo mercado. E já há notícias de instituições dispostas a enfrentar o leão na Justiça. O governo espera arrecadar com a antecipação de imposto cerca de Cr\$ 1,3 trilhão.